



COMISSÃO EUROPEIA  
DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE E DA SEGURANÇA DOS ALIMENTOS

Sustentabilidade alimentar, relações internacionais  
Estratégia do Prado ao Prato

## RELATÓRIO DE SÍNTESE

### REUNIÃO CONJUNTA DA PLATAFORMA DA UE PARA AS PERDAS E O DESPERDÍCIO ALIMENTARES

#### E DO PAINEL DE CIDADÃOS EUROPEU

#### DG SAÚDE E SEGURANÇA DOS ALIMENTOS (SANTE)

*Híbrida*

*7 de novembro de 2023*

**Presidente (1):** Klaus Berend, DG SANTE

**Comissão Europeia e organismos da UE (9):** DG SANTE, ENV, AGRI, RTD, JRC, ESTAT, AEA (Agência Europeia do Ambiente), EASME (Agência de Execução para as Pequenas e Médias Empresas), CESE (Comité Económico e Social Europeu), CR (Comité das Regiões Europeu)

**Estados-Membros representados (23):** AT, BE, BG, CZ, DK, EL, EE, FI, FR, DE, HU, IE, IT, LT, LU, NL, PL, PT, RO, SE, SK, SI, ES

**Organizações do setor privado (39):** GEUC (Gabinete Europeu das Uniões de Consumidores), BOROUME, COPA-COGECA (COPA-COGECA – plataforma que representa os agricultores e as cooperativas agroalimentares europeus), CTC [Centro de Tecnologias Limpas (Universidade Tecnológica de Munster)], Consorzio Bestack, DUH (Deutsche Umwelthilfe e.V.), ECSLA (Associação Europeia de Armazenagem e Logística Frigoríficas), EFFPA (Associação Europeia de Transformadores de Restos de Géneros Alimentícios), EuroCommerce (organização europeia que representa o setor retalhista e grossista), Eurocoop (Comunidade Europeia das Cooperativas de Consumidores), EUPPA (Associação Europeia de Transformadores de Batata), Europatat (Associação Europeia do Comércio da Batata), FEBA (Federação Europeia de Bancos Alimentares), FoodCloud, FoodServiceEurope, FoodWIN (Rede de Inovação em Desperdício Alimentar), Freshfel Europe, EUCOFEL (Associação Europeia do Comércio de Frutas e Legumes), Fundação Azti (Fundación AZTI – AZTI Fundazioa), HOTREC (Associação de Hotéis, Restaurantes e Cafés na Europa), HUA (Universidade de Harokopio), HFBA (Associação Húngara de Bancos Alimentares), Independent Retail Europe, IFWC (Coligação Internacional contra o Desperdício Alimentar), Last Minute Market, Les Restos du Coeur, Consórcio MATVETT-NORSUS-NOFIMA, Rabobank, Regal Normandie, SWF (Movimento Stop Wasting Food), Too Good To Go, Venturis Horeca, WUR (Universidade e Centro de Investigação de Wageningen), WRAP (Programa de Ação relativo aos Resíduos e Recursos), União Mundial dos Mercados Grossistas (WUWM), Zero Waste Scotland.

**Outras organizações públicas (5):** OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos), FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente).

## **Observadores (1): NO**

### **Reunião conjunta da Plataforma da UE para as Perdas e o Desperdício Alimentares e do Painel de Cidadãos Europeu**

#### **1. Boas-vindas e introdução à sessão de troca de opiniões pelo presidente: Klaus Berend, diretor, Segurança Alimentar, Sustentabilidade e Inovação**

O **presidente** deu início à sessão dando as boas-vindas aos participantes na reunião conjunta do Painel de Cidadãos Europeu e dos membros da Plataforma da UE para as Perdas e o Desperdício Alimentares. Agradeceu aos membros do Painel de Cidadãos Europeu por terem apresentado recomendações que ajudam a intensificar a ação contra o desperdício alimentar na UE. O presidente referiu a adoção, pela Comissão Europeia, da proposta legislativa que estabelece as metas de redução do desperdício alimentar a alcançar pelos Estados-Membros até 2030, bem como a publicação de um relatório dos cidadãos juntamente com a avaliação de impacto que acompanha a proposta. No relatório, a Comissão Europeia apresentou a sua perspetiva sobre as recomendações dos cidadãos e indicou de que forma estas poderão reforçar o seu trabalho global em matéria de desperdício alimentar e servir de guia para ajudar os Estados-Membros a alcançar as metas futuras.

#### **2. Introdução pelo moderador**

O moderador deu as boas-vindas aos participantes que se juntaram em linha e em Bruxelas e apresentou a ordem de trabalhos da reunião.

#### **3. Observações iniciais (vídeo) de Sandra Gallina, diretora-geral da DG Saúde e Segurança dos Alimentos**

Nas suas observações iniciais, a **diretora-geral** Sandra Gallina falou sobre a proposta legislativa da Comissão Europeia e salientou a importância das recomendações dos cidadãos em matéria de prevenção do desperdício alimentar na UE. As recomendações dos cidadãos refletem-se nas metas vinculativas apresentadas na proposta legislativa, a qual, quando adotada, exigirá que os Estados-Membros utilizem uma abordagem integrada que inclua todos os principais intervenientes na adoção de medidas para prevenir o desperdício alimentar e que incentive a mudança de comportamentos dos consumidores. Assinalou o apelo dos cidadãos à criação de uma cadeia de abastecimento alimentar justa e equitativa e o seu apoio à doação de alimentos em toda a UE, bem como a importância da monitorização do desperdício alimentar e do incentivo aos compromissos dos operadores das empresas do setor alimentar no sentido de reduzir o desperdício alimentar através, nomeadamente, do Código de Conduta da UE sobre práticas empresariais e comerciais responsáveis no setor alimentar.

#### **4. Observações da Direção-Geral da Comunicação**

Richard Kühnel, diretor, Representação e Comunicação nos Estados-Membros, salientou a importância desta reunião conjunta enquanto oportunidade para a Comissão Europeia e os membros da plataforma apresentarem as suas observações aos cidadãos no que diz respeito às suas recomendações. Richard Kühnel afirmou que está em curso a preparação da próxima ronda de painéis de cidadãos e informou que, em breve, a plataforma de participação dos cidadãos estará disponível em linha.

## **5. Apresentação das recomendações do Painel de Cidadãos Europeus sobre o Desperdício Alimentar e troca de impressões com os membros do painel (bloco temático I: Cooperação na cadeia de valor alimentar: do prado ao prato) ([PDF](#))**

Os representantes do painel de cidadãos europeu que trabalharam no bloco temático I apresentaram as [recomendações 1 a 7](#), a que se seguiu uma troca de impressões com os membros do painel, incluindo representantes da Comissão Europeia (DG Saúde e Segurança dos Alimentos – SANTE e DG Agricultura – AGRI), do Ministério da Agricultura e da Soberania Alimentar francês, da COPA-COGECA e da FEBA.

A **DG SANTE** agradeceu aos cidadãos as suas recomendações, apelando à participação ativa de todos os intervenientes na prevenção do desperdício alimentar e ao reforço da colaboração em toda a cadeia de abastecimento alimentar. Esta abordagem integrada reflete-se nas obrigações estabelecidas na legislação da UE em matéria de resíduos e é reiterada na proposta legislativa da Comissão Europeia que estabelece metas de redução do desperdício alimentar. A DG SANTE apresentou observações sobre as recomendações dos cidadãos, centrando-se nas recomendações 3, 4, 5 e 6.

A legislação da UE em matéria de resíduos (Diretiva-Quadro Resíduos) já exige que os Estados-Membros incentivem a doação de alimentos, devendo a proposta legislativa da Comissão Europeia dar um novo impulso e apoio a esta prática em toda a UE, contribuindo assim para disponibilizar excedentes alimentares às pessoas necessitadas. A Comissão Europeia concedeu igualmente subvenções financeiras (de ação) à Federação Europeia de Bancos Alimentares (FEBA), no âmbito do Programa a favor do Mercado Interno, para apoiar o reforço das capacidades dos bancos alimentares. No que diz respeito à facilitação da partilha de dados e de boas práticas, a Comissão Europeia explicou que a Plataforma da UE para as Perdas e o Desperdício Alimentares e a rede de recursos digitais, [Polo da UE para a prevenção das perdas e do desperdício alimentares](#), foram criadas para dar resposta a esta necessidade. Além disso, o Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia criou um quadro de avaliação para ajudar todos os intervenientes a avaliar a eficácia das iniciativas de prevenção do desperdício alimentar, incluindo uma calculadora para quantificar os impactos conexos. Redes urbanas como a Eurocidades, o Pacto de Milão sobre Política Alimentar Urbana e o ICLEI (Governos Locais pela Sustentabilidade) operam uma série de programas entre pares que visam as cidades. Quanto aos dados sobre os níveis de desperdício alimentar, a legislação da UE em matéria de resíduos exige que os Estados-Membros monitorizem os níveis de desperdício alimentar em cada fase do abastecimento alimentar, de acordo com uma metodologia de medição comum, e comuniquem as conclusões ao Serviço de Estatística da UE, o EUROSTAT. Por último, a participação dos cidadãos é um tema que, no futuro, pode ser incluído na agenda da Plataforma da UE para as Perdas e o Desperdício Alimentares, para que os membros possam partilhar e aprender com a experiência uns dos outros.

A **DG AGRI** agradeceu igualmente aos cidadãos pelas suas recomendações e observou que as recomendações 1, 2 e 7 dos cidadãos abordam a sustentabilidade alimentar de um modo mais geral e que a relação entre as cadeias de abastecimento locais, sazonais e curtas e a redução do desperdício alimentar em si não foi ainda demonstrada. As recomendações dos cidadãos refletem a opinião global da Comissão Europeia sobre a sustentabilidade alimentar, assegurando que todas as dimensões pertinentes são tidas em conta. A DG AGRI recordou a importância das regras do mercado interno e do incentivo aos programas regionais, às medidas à escala dos territórios e aos sistemas alimentares. Referiu também que alguns Estados-Membros incluíram o apoio aos mercados locais e às cadeias de abastecimento curtas nos seus planos estratégicos nacionais no âmbito da política agrícola comum (PAC) e afirmou não existir um indicador operacional nos planos estratégicos da PAC que permita monitorizar os esforços de redução das perdas e desperdícios alimentares. Salientou ainda que todos os

intervenientes na cadeia de abastecimento alimentar têm de contribuir, indicando que as metas de redução do desperdício alimentar propostas não incluem atualmente a produção primária. Referindo-se às recomendações 5 e 6, a DG AGRI salientou a importância da participação das partes interessadas no desenvolvimento da política da UE em matéria de alimentação e agricultura, afirmando que a Comissão Europeia lançaria um diálogo estratégico para debater o futuro da agricultura na UE. Em relação à recomendação sobre práticas comerciais desleais (PCD), informou que as PCD são acompanhadas de perto pelas autoridades responsáveis pela aplicação da lei nos Estados-Membros e que as exceções às regras da concorrência concedidas aos agricultores, bem como os acordos de sustentabilidade elaborados e outras medidas tomadas para apoiar as organizações de produtores, têm por objetivo apoiar os agricultores no seu poder de negociação com outros intervenientes na cadeia de abastecimento alimentar. Em suma, as recomendações dos cidadãos estão em consonância com os planos atuais e futuros da Comissão Europeia.

**O Ministério da Agricultura e da Soberania Alimentar francês** agradeceu aos cidadãos o seu trabalho e as suas recomendações, que reforçam as orientações adotadas a nível nacional, em especial a dimensão territorial. Através da criação de «projetos alimentares territoriais» em França, é concedido apoio ao estabelecimento de agricultores e de cadeias de abastecimento curtas, bem como ao fornecimento de alimentos sustentáveis e de elevada qualidade nas cantinas. Existem atualmente 430 desses projetos, elaborados através de ações coletivas, sendo a prevenção do desperdício alimentar uma das dimensões que podem ser abordadas. Além disso, existem redes plenamente centradas na prevenção do desperdício alimentar em França (REGAL). No que diz respeito aos incentivos financeiros à doação de alimentos, as regras fiscais em França permitem créditos fiscais às empresas, que podem atingir até 60 % do valor contabilístico líquido dos géneros alimentícios doados. Além disso, a legislação exige que determinadas partes interessadas estabeleçam acordos de parceria com bancos alimentares para a doação de excedentes alimentares, bem como um plano de gestão para garantir a qualidade dos alimentos doados. O Ministério francês sublinhou a importância de sensibilizar para o consumo de produtos sazonais saudáveis, afirmando que a educação sobre os alimentos e o sabor está incluída nos programas escolares e que, no futuro, poderá ser exigida a apresentação de dados sobre a sazonalidade das frutas e dos legumes em lojas com uma superfície superior a 400 m<sup>2</sup>.

A **COPA-COGECA** agradeceu aos cidadãos as recomendações exaustivas e salientou o facto de nestas se reconhecer que os agricultores não têm interesse em desperdiçar alimentos produzidos e que existe um desequilíbrio de poder no mercado. No que diz respeito à recomendação 1, a COPA-COGECA saudou as sugestões apresentadas para capacitar os produtores e reduzir o desequilíbrio de poder na cadeia de valor alimentar, através do acompanhamento e de uma melhor aplicação da Diretiva PCD. A COPA-COGECA manifestou preocupações relativamente à recomendação de utilizar o produtor mais próximo possível, uma vez que tal poderia entrar em conflito com as regras da concorrência e não produzir os resultados desejados. Por outro lado, saudou os esforços para promover a venda direta de frutas e legumes «feios» e salientou a importância das normas de comercialização, que são a «linguagem comum» do mercado, garantindo uma qualidade elevada e evitando distorções do mercado, e esclareceu que estas não se aplicam às vendas diretas. Apresentou exemplos de iniciativas em que estão envolvidos agricultores e cooperativas agrícolas, tal como um programa-piloto húngaro que liga a Associação Húngara de Bancos Alimentares e o mercado grossista de Budapeste, a fim de encontrar mercados para frutas e produtos hortícolas «feios». Existe um projeto semelhante nos Países Baixos, em que as frutas e legumes «feios» são utilizados em alimentos transformados. No que diz respeito à recomendação 2, a COPA-COGECA apoiou a promoção de produtos locais, a fim de aproximar os agricultores dos consumidores e contribuir para o reconhecimento do valor dos alimentos (existindo já projetos do género na Itália, Áustria, Finlândia, etc.). No que diz respeito à recomendação 7, a COPA-COGECA salientou a necessidade de definir o que são alimentos sazonais e locais.

A **FEBA** agradeceu aos cidadãos pelas suas recomendações e a atenção dedicada à doação de alimentos, em especial num contexto em que a doação de excedentes alimentares está a diminuir, ao mesmo tempo que se verifica um acréscimo da procura de alimentos por parte de instituições de beneficência, devido a um número crescente de pessoas necessitadas, e os custos operacionais dos bancos alimentares estão a aumentar (devido à inflação e ao aumento dos custos da energia associados à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia). Os bancos alimentares dão resposta a muitas das áreas destacadas pelas recomendações dos cidadãos, em especial a necessidade de apoio financeiro, de ferramentas digitais e de recolha e partilha de dados. As recomendações dos cidadãos foram partilhadas e debatidas com a rede, foram organizados intercâmbios entre pares para partilhar conhecimentos sobre as políticas nacionais e foram igualmente organizadas visitas para facilitar o intercâmbio de conhecimentos com bancos alimentares fora da UE (p. ex., na Moldávia). A FEBA organizou igualmente uma reunião com os seus membros sobre a utilização de ferramentas digitais, que teve lugar em Dublin. A FEBA assegurou aos cidadãos de que estavam em curso e continuariam a ser envidados esforços para facilitar a doação de alimentos, e mencionou os debates realizados a este respeito na sua Convenção Anual, bem como a avaliação em curso pela Plataforma da UE para as Perdas e o Desperdício Alimentares referente aos desafios e oportunidades relacionados com a doação de alimentos.

Após esta primeira resposta dos membros do painel às recomendações dos cidadãos, o moderador convidou os participantes na reunião (em linha e fora de linha) a colocarem questões. Um cidadão perguntou se outros países que não a França dispõem de um sistema de incentivos fiscais para a doação de alimentos. A **DG SANTE** respondeu que países como Portugal, Itália e Espanha aplicam tais medidas e que as orientações em matéria de doação de alimentos, adotadas pela Comissão Europeia em 2017, incluem uma secção sobre os incentivos fiscais aplicados à época na UE. A **FEBA** confirmou que os países acima referidos aplicam incentivos fiscais a favor da doação de alimentos e acrescentou que os ajustamentos do IVA para ter em conta o reduzido valor económico dos alimentos doados são igualmente importantes e constituem uma outra medida fiscal que pode ser utilizada pelos Estados-Membros. Para além dos incentivos fiscais, alguns países, como a Itália, simplificaram os procedimentos administrativos relacionados com a doação de alimentos pelos operadores das empresas do setor alimentar (em comparação com os procedimentos necessários para a sua destruição ou para outras utilizações de excedentes alimentares). O **Ministério francês** especificou ainda que, paralelamente aos incentivos fiscais, existem apoios dirigidos a instituições de beneficência que lhes permitem aceder diretamente a produtos saudáveis e de qualidade [a iniciativa «Better food for all» («Uma melhor alimentação para todos»)], à qual serão afetados 100 milhões de EUR em 2024).

A **Coligação Internacional contra o Desperdício Alimentar** chamou a atenção da Plataforma da UE para as Perdas e o Desperdício Alimentares, mas também, em especial, da DG AGRI, para o facto de ser importante relacionar o impacto da qualidade e da proximidade dos alimentos, bem como das cadeias de abastecimento curtas, com o efeito que estes podem ter no desperdício alimentar ao longo de toda a cadeia de valor alimentar, dada a falta de conhecimentos neste domínio. A **DG AGRI** respondeu que a Comissão Europeia está atualmente a realizar investigação neste domínio e que é necessário um intercâmbio contínuo de informações entre todas as partes interessadas sobre a forma como os sistemas alimentares locais podem ajudar a fazer face às perdas e aos desperdícios alimentares, dando resposta assim também aos desafios de segurança alimentar e simultaneamente respeitando as regras que regem o mercado interno (ou seja, as necessidades «locais» têm de ser cuidadosamente definidas e não equiparadas a necessidades «nacionais»). A DG AGRI sublinhou igualmente a importância de compreender os fatores determinantes do comportamento dos consumidores no que diz respeito ao desperdício alimentar e o papel de outros fatores, como o tempo consagrado ao planeamento e preparação de refeições, a valorização, o conhecimento sobre os alimentos, etc.

Um cidadão perguntou se existe a possibilidade de criar uma ligação entre o direito da concorrência e a prioridade dada aos produtores locais. A **DG AGRI** respondeu que o mercado único da UE garante a livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais e traz diversos benefícios para os cidadãos. A concorrência tem de ser justa e, por conseguinte, aberta e transparente. Não é possível, por exemplo, criar obrigações que favoreçam a produção nacional em detrimento da produção de outros Estados-Membros ou parceiros comerciais. A este respeito, a DG AGRI salientou a importância da recomendação que diz respeito ao acompanhamento e à execução da Diretiva PCD e explicou ainda que a aplicação das regras de concorrência às iniciativas coletivas que promovem a sustentabilidade nas cadeias de abastecimento alimentar foi esclarecida. As cadeias de abastecimento locais e curtas podem ser favorecidas através dos planos estratégicos da PAC; o desafio consiste em expandir essas cadeias de abastecimento, evitando abordagens nacionalistas e procurando a melhor forma de servir as regiões.

O moderador convidou os cidadãos do painel a fazerem breves intervenções finais. Os cidadãos afirmaram congratular-se com os progressos realizados no que diz respeito às recomendações propostas, por exemplo, a priorização da recolha de dados, os incentivos fiscais para a doação de alimentos, a promoção da partilha de boas práticas em toda a UE e uma maior sensibilização tanto para a Plataforma da UE para as Perdas e o Desperdício Alimentares como para o papel dos cidadãos enquanto impulsionadores da mudança. Salientaram também o papel das redes sociais na promoção da prevenção do desperdício alimentar.

Os cidadãos perguntaram se a introdução de um imposto sobre os alimentos descartados pelo comércio retalhista seria uma opção a considerar. A **DG SANTE** respondeu que alguns municípios introduziram incentivos fiscais, como, por exemplo, regimes para reduzir os custos do tratamento de resíduos aplicáveis às empresas que doam alimentos. Os cidadãos perguntaram se a Comissão Europeia prevê eventuais alterações ao direito da concorrência para tornar obrigatória a compra de produtos a nível local por parte de alguns retalhistas, tendo em conta o possível impacto positivo das cadeias de abastecimento curtas na prevenção do desperdício alimentar. A **DG AGRI** respondeu que, embora estejam em curso trabalhos sobre as regras da concorrência relacionadas, de um modo mais geral, com a sustentabilidade alimentar, é necessário demonstrar de forma mais clara que tais medidas teriam um impacto positivo na prevenção do desperdício alimentar. Afirmou também que a Comissão Europeia analisará mais aprofundadamente a forma de apoiar os sistemas alimentares territoriais no contexto do debate mais amplo sobre a transição para sistemas alimentares sustentáveis. Por último, a fim de avançar rapidamente, os cidadãos salientaram a necessidade de medidas baseadas em dados concretos, centradas em resultados fáceis de atingir e nos domínios em que podem ser obtidos os maiores ganhos, bem como na adoção de uma abordagem sistémica em toda a cadeia de valor alimentar.

## **6. Apresentação das recomendações do Painel de Cidadãos Europeus sobre o Desperdício Alimentar e troca de impressões com os membros do painel (bloco temático II: Iniciativas da indústria alimentar) ([PDF](#))**

Os representantes do Painel de Cidadãos Europeu que trabalharam no bloco temático II (Iniciativas da indústria alimentar) apresentaram as [recomendações 8 a 15](#), a que se seguiu uma troca de impressões com os membros do painel, incluindo representantes da Comissão Europeia (DG SANTE), do Ministério da Agricultura e das Florestas finlandês, do EuroCommerce e da Coligação internacional contra o desperdício alimentar.

No que diz respeito à recomendação 13, a **DG SANTE** afirmou ser encorajador o forte apoio dos cidadãos à fixação, a nível da UE, de metas quantitativas de redução do desperdício alimentar a alcançar pelos Estados-Membros, sendo estes livres de definir as medidas necessárias para atingir tais

metas. Esta abordagem foi apresentada na proposta legislativa adotada pela Comissão Europeia em 5 de julho, atualmente em negociações entre o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia. A DG SANTE observou que a proposta vai além do estabelecimento de orientações, definindo metas juridicamente vinculativas que exigem que os Estados-Membros reduzam o desperdício alimentar em 10 % nos setores manufatureiro e de transformação e em 30 %, *per capita*, no conjunto dos setores retalhista e de consumo. Estas reduções devem ser alcançadas até 2030, em comparação com o ano de referência de 2020. A DG SANTE explicou ainda que a legislação da UE em matéria de resíduos já estabelece uma hierarquia para a prevenção do desperdício alimentar, em conformidade com as recomendações dos cidadãos, nomeadamente a priorização da utilização de excedentes alimentares para consumo humano.

No que diz respeito à recomendação 8, a DG SANTE salientou existirem atualmente várias redes e ferramentas digitais disponíveis que facilitam a redistribuição dos excedentes alimentares entre os operadores das empresas do setor alimentar e os bancos alimentares/instituições de beneficência e diretamente para os consumidores. A organização desse intercâmbio a nível da UE não é viável, em especial no caso de alimentos próximos do fim do seu prazo de validade.

Relativamente às recomendações 11, 12 e 14, a DG SANTE saudou o facto de os cidadãos reafirmarem a necessidade de uma abordagem baseada em dados concretos, que permita orientar a prevenção eficaz do desperdício alimentar por parte de todos os intervenientes, salientando a importância de monitorizar e garantir a transparência dos dados e dos resultados alcançados. Com a comunicação anual de dados sobre os níveis de desperdício alimentar pelos Estados-Membros, a UE está bem posicionada para acompanhar os seus progressos na consecução das metas mundiais e da UE. Embora seja imposta aos Estados-Membros a obrigação de comunicar os níveis de desperdício alimentar em cada fase da cadeia de abastecimento alimentar, de acordo com uma metodologia comum, as autoridades nacionais podem adaptar essas metodologias à sua situação e especificidades nacionais. No que diz respeito à participação dos operadores das empresas do setor alimentar na recolha de dados, alguns Estados-Membros exigem que as empresas monitorizem o desperdício alimentar e outros apoiam as empresas na realização de diagnósticos de desperdícios alimentares e na criação de mecanismos de prevenção. A nível da UE, a Comissão Europeia está também a incentivar os operadores das empresas do setor alimentar a assumirem compromissos no sentido de reduzir o desperdício alimentar através do Código de Conduta da UE sobre práticas empresariais e comerciais responsáveis no setor alimentar.

A DG SANTE salientou que, através da Plataforma da UE para as Perdas e o Desperdício Alimentares, a Comissão Europeia visa promover a partilha de boas práticas baseadas em dados concretos. O Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia criou um quadro de avaliação para ajudar todos os intervenientes a avaliarem a eficácia das suas intervenções e realiza uma avaliação periódica das iniciativas de prevenção do desperdício alimentar aplicadas na UE. A Agência Europeia do Ambiente também revê e avalia periodicamente os programas nacionais de prevenção do desperdício alimentar dos Estados-Membros. A DG SANTE reiterou que os projetos de investigação e inovação financiados ao abrigo do programa Horizonte Europa da UE fornecem dados e aprendizagem para ajudar a fundamentar a prevenção do desperdício alimentar, como uma melhor compreensão da forma como as normas sociais influenciam o comportamento e a produção de resíduos alimentares (projeto [CHORIZO](#)); além disso, o projeto [SISTERS](#), que se encontra em curso, está a estudar inovações em matéria de embalagens, relacionadas com o desperdício alimentar, bem como a utilização de recipientes «inteligentes» para utilização na logística da cadeia de abastecimento.

O **Ministério da Agricultura e das Florestas finlandês** reconheceu o trabalho muito construtivo e útil realizado pelo painel de cidadãos e referiu, mais especificamente, as recomendações 10, 13 e 15. A

Finlândia tem vindo a medir o desperdício alimentar desde 2008 e os hotéis e restaurantes não podem descartar alimentos se estes ainda puderem ser utilizados para consumo. Um logótipo (recomendação 10) é um tipo de símbolo de qualidade que pode ser útil para identificar as empresas que gerem corretamente os alimentos, bem como para sensibilizar os consumidores através das embalagens de alimentos. No que diz respeito à recomendação 13, o Ministério finlandês declarou que deveria haver uma boa perspetiva geral da hierarquia dos fluxos de resíduos, para que seja possível fixar prioridades. Na Finlândia, existem políticas e procedimentos a nível nacional para ajudar as pessoas necessitadas a aceder aos alimentos, para apoiar as empresas dispostas a doar alimentos e para reunir doadores e beneficiários de ajuda alimentar. No que se refere à recomendação 15, o Ministério finlandês destacou a importância das embalagens para proteger os alimentos e garantir a segurança dos mesmos, salientando também a necessidade de melhorar as embalagens de alimentos a fim de reduzir o desperdício alimentar, mencionando que 0,5 % a 2 % dos efeitos ambientais dos alimentos estão associados às embalagens.

O **EuroCommerce** agradeceu o convite, reconhecendo a natureza inspiradora do exercício, e apresentou observações sobre as recomendações 9, 12 e 15. Recordou a posição privilegiada do setor retalhista e grossista no cruzamento entre a oferta e a procura e, por conseguinte, o seu especial empenho na prevenção do desperdício alimentar. No que se refere à recomendação 9, o EuroCommerce sublinhou que o desperdício alimentar não faz sentido do ponto de vista económico para as empresas, uma vez que gera custos, pelo que o setor investiu significativamente na previsão da oferta, incluindo a utilização de inteligência artificial (para além de dados relativos às vendas), a fim de compreender e prever melhor o que será comprado e quando. As empresas precisam de flexibilidade (e não de quadros jurídicos) para responder da melhor forma às alterações na oferta e na procura, um aspeto essencial na prevenção do desperdício alimentar. A este respeito, o EuroCommerce salientou a importância de um diálogo sobre a cadeia de abastecimento. No que diz respeito aos incentivos fiscais, o EuroCommerce manifestou o seu apoio à aplicação de uma taxa zero do IVA para as doações de alimentos, uma medida que, anteriormente, foi considerada um obstáculo. Quanto a um sistema obrigatório de comunicação de informações, o EuroCommerce informou que muitos dos seus membros já comunicam dados sobre o desperdício alimentar a título voluntário, como forma de informar tanto os clientes como os investidores e de garantir a transparência. Existem já muitos requisitos obrigatórios para os operadores das empresas do setor alimentar, nomeadamente no que se refere à comunicação de dados não financeiros. O EuroCommerce assinalou também – à luz dos compromissos em matéria de clima – a maior ênfase dada ao desperdício alimentar, tendo em conta o seu impacto nas emissões de gases com efeito de estufa. Destacou ainda o futuro regulamento relativo a embalagens e resíduos de embalagens e assinalou o papel importante que as embalagens desempenham para garantir a segurança dos alimentos e protegê-los, prevenindo assim o desperdício alimentar. O EuroCommerce sublinhou que o tamanho das embalagens também tem de ser adaptado a diferentes tipos de consumidores (por exemplo, agregados familiares com uma só pessoa ou famílias numerosas). No que diz respeito à inovação em matéria de embalagens, o EuroCommerce recordou a importância de um quadro legislativo adequado para que as empresas possam realizar os investimentos necessários e para que os produtos possam entrar no mercado.

A **Coligação Internacional contra o Desperdício Alimentar (IFWC)** agradeceu aos cidadãos o seu empenho e o seu trabalho e, remetendo para as recomendações para o setor privado, salientou que a comunicação de informações sobre a quantidade de resíduos alimentares por parte de todos os intervenientes ao longo da cadeia de abastecimento é fundamental, estando o setor privado a trabalhar ativamente na normalização das metodologias de medição, incluindo numa base setorial (por exemplo, para a restauração coletiva). No que diz respeito à proposta dos cidadãos de criar um logótipo, este

poderia também ser utilizado para recompensar as empresas que medem e comunicam informações sobre o desperdício alimentar e definem um plano de ação para a redução do desperdício alimentar. A IFWC informou sobre os trabalhos em curso para a elaboração de uma norma ISO sobre como gerir a redução do desperdício alimentar e salientou a importância de apoiar a aplicação dessas normas – por exemplo, através de ações de formação e de outras medidas – numa base setorial. Explicou que as iniciativas de prevenção do desperdício alimentar requerem ação por parte de múltiplos intervenientes: por exemplo, embora as caixas para sobras possam estar disponíveis nos restaurantes, podem não ser utilizadas se os consumidores considerarem que não são culturalmente aceitáveis. Para fazer face a este obstáculo, a medida teria então de ser apoiada através de ações de sensibilização, incentivos, etc. A IFWC salientou a importância de sensibilizar e promover a colaboração entre as partes interessadas para aplicar um quadro de prevenção do desperdício alimentar, com apoio prestado aos intervenientes envolvidos, por exemplo, através de acordos voluntários, campanhas de sensibilização, projetos e redes de investigação financiados pela UE, como a Plataforma da UE para as Perdas e o Desperdício Alimentares.

Após esta primeira resposta dos membros do painel às recomendações dos cidadãos, o moderador convidou os participantes na reunião (em linha e fora de linha) a colocarem questões, indicando também perguntas e observações formuladas na conversa em linha, nomeadamente sobre as embalagens e os hábitos de consumo.

O **Ministério da Agricultura português** afirmou não ser viável criar uma plataforma para iniciativas do setor alimentar a nível da UE que ligue as empresas aos bancos alimentares e aos consumidores, devido à logística de transporte em causa. O Ministério português referiu que alguns Estados-Membros já implantaram este tipo de plataforma a nível nacional para a redistribuição de produtos próximos do seu prazo de validade (a «data-limite de consumo» ou a data «consumir de preferência antes de») e perguntou se essas plataformas são eficientes. Na sua opinião, não existe uma metodologia homogénea para medir o desperdício alimentar a nível da UE, o que sugere a necessidade de uma metodologia única a nível da União. O Ministério português afirmou ainda que, embora as embalagens devam ser reduzidas, estas são igualmente fundamentais para proteger os alimentos e garantir a segurança dos mesmos, bem como para transmitir informações aos consumidores.

No que diz respeito à ligação entre os operadores das empresas do setor alimentar, os bancos alimentares e os consumidores através de plataformas digitais, o **EuroCommerce** respondeu que não é favorável a uma base de dados europeia centralizada e que a aproximação das empresas aos bancos alimentares e aos consumidores pode ser mais bem organizada a nível local ou regional, salientando também os condicionalismos relacionados com a logística e a organização prática dessa redistribuição. O EuroCommerce confirmou que tais iniciativas já existem a nível local e que funcionam bem.

No que diz respeito à redução das embalagens, o **Ministério finlandês** reiterou que as embalagens supérfluas devem ser evitadas. No entanto, não é possível evitar completamente a utilização de embalagens, uma vez que estas são necessárias para garantir a segurança dos alimentos.

A **Coligação internacional contra o desperdício alimentar** sublinhou que é importante reunir as empresas em torno de temas prioritários em que são necessários investimentos e investigação comuns, por exemplo, a forma como o desperdício alimentar é medido num determinado setor. Declarou também que os acordos voluntários são importantes e exigem o apoio dos Estados-Membros a nível nacional.

A **DG SANTE** salientou que os Estados-Membros que realizaram progressos significativos na redução do desperdício alimentar estabeleceram acordos voluntários com o setor privado, ou seja, parcerias público-privadas com metas acordadas de redução do desperdício alimentar. A Plataforma da UE para as Perdas e o Desperdício Alimentares está atualmente a avaliar os acordos voluntários aplicados até à data, a fim de retirar e partilhar ensinamentos dessas experiências.

O moderador convidou os cidadãos do painel a fazerem breves intervenções finais. Os cidadãos salientaram que as instituições da UE devem assegurar que todos os Estados-Membros façam progressos através de uma abordagem comum ou mais normalizada, bem como a importância de definir planos a curto, médio e longo prazo e de comunicar o sucesso alcançado. No que diz respeito ao último aspeto, embora seja necessário envolver todos os cidadãos, devem ser envidados mais esforços para chegar aos jovens, nomeadamente através das redes sociais, com o objetivo não só de fornecer informações, mas também de motivar e incentivar à participação.

### **7. Apresentação das recomendações do Painel de Cidadãos Europeus sobre o Desperdício Alimentar e troca de impressões com os membros do painel (bloco temático III: Apoiar a mudança comportamental dos consumidores) ([PDF](#))**

Os representantes do Painel de Cidadãos Europeu que trabalharam no bloco temático III apresentaram as [recomendações 16 a 23](#), a que se seguiu uma troca de impressões com os membros do painel, incluindo representantes da Comissão Europeia (DG SANTE), do Centro de Nutrição dos Países Baixos, da Independent Retail Europe e do EUFIC.

A **DG SANTE** agradeceu aos cidadãos pelas suas recomendações concretas e salientou que uma abordagem específica por país é importante para ter impacto no comportamento dos consumidores, com intervenções e ações realizadas aos níveis nacional e local. Salientou que é fundamental ter em conta os hábitos alimentares e as atitudes dos consumidores em relação aos alimentos e ao desperdício alimentar, bem como os seus conhecimentos e competências em matéria de gestão dos alimentos para evitar o desperdício alimentar e a sua motivação para agir. Uma abordagem descendente a nível da UE não seria um meio eficaz para combater o desperdício alimentar dos consumidores; no entanto, as ações a nível da UE procuram facilitar a partilha de boas práticas, em especial através da Plataforma da UE para as Perdas e o Desperdício Alimentares, e também impulsionar e apoiar as medidas tomadas pelos Estados-Membros. A proposta legislativa da Comissão Europeia que estabelece metas de redução do desperdício alimentar, deve dar um impulso para que os Estados-Membros tomem medidas ambiciosas e invistam em programas de mudança comportamental, bem como reforçar a colaboração entre os intervenientes de toda a cadeia de abastecimento alimentar e outros intervenientes pertinentes, tais como o meio académico, as ONG e as instituições financeiras. O Dia Internacional da Consciencialização sobre Perdas e Desperdício Alimentar, celebrado anualmente no dia 29 de setembro, constitui uma oportunidade para comunicar sobre esta questão. Em 2023, a Comissão Europeia incluiu também o painel de cidadãos na sua divulgação dos materiais de comunicação.

A **DG SANTE** afirmou que um dos objetivos da Plataforma da UE para as Perdas e o Desperdício Alimentares é a promoção de uma melhor compreensão e utilização da indicação de datas («consumir até» e «consumir de preferência antes de»), a fim de evitar o desperdício alimentar, podendo os membros partilhar continuamente as suas aprendizagens, experiências e boas práticas neste domínio através da Plataforma, do seu subgrupo específico e do Polo da UE para a prevenção das perdas e do desperdício alimentares em linha. No que se refere à revisão prevista das regras relativas à indicação de datas de consumo (comunicada ao painel de cidadãos na sua primeira reunião, em dezembro de 2022), a Comissão Europeia analisou com os Estados-Membros se esta iniciativa poderia ser prosseguida

juntamente com a proposta legislativa que estabelece metas de redução do desperdício alimentar. Embora os Estados-Membros tenham apoiado uma abordagem harmonizada no domínio da indicação de datas de consumo, a maioria salientou a necessidade de refletir mais aprofundadamente sobre a formulação mais adequada e a necessidade de mais estudos dos consumidores, tendo alguns defendido que seria necessário investir mais em informar melhor os consumidores sobre os atuais conceitos associados às indicações de datas de consumo. A maioria dos Estados-Membros também preferiu abordar esta questão, não isoladamente, mas no âmbito de uma revisão mais ampla das regras de rotulagem dos alimentos, cujos trabalhos estão ainda em curso.

No que diz respeito à recomendação 16, a DG SANTE especificou que a luta contra as perdas alimentares está na ordem do dia da Plataforma da UE para as Perdas e o Desperdício Alimentares, tendo lugar uma partilha contínua de informações no contexto do subgrupo de monitorização das perdas e desperdícios alimentares. Explicou também que as perdas alimentares nas explorações agrícolas não são abordadas no âmbito da Diretiva-Quadro Resíduos, uma vez que esses materiais não são considerados resíduos, e que não existem dados fiáveis sobre a dimensão desta questão. A Comissão Europeia continua a investigar as perdas alimentares e a explorar formas de as evitar, tendo em conta o trabalho realizado no âmbito de projetos de investigação pertinentes financiados pela UE. Por exemplo, o projeto [FOLOU](#) visa proporcionar uma metodologia sólida para quantificar as perdas alimentares na produção primária, centrando-se nas perdas que ocorrem desde o momento em que os produtos estão prontos para a colheita até que sejam colhidos.

O **Centro de Nutrição dos Países Baixos** agradeceu aos cidadãos pelo trabalho inspirador e fez referência, mais especificamente, às recomendações 17 e 20 relacionadas com campanhas dirigidas aos consumidores. Salientou que a sensibilização dos consumidores e a oferta de uma perspetiva de ação são cruciais para os motivar a reduzir o desperdício alimentar. Os Países Baixos alcançaram uma redução de 23 % do desperdício alimentar doméstico desde 2015 e estão a prosseguir os seus esforços, nomeadamente através da organização da campanha nacional «Semana sem desperdício alimentar». Organizada pelo Centro de Nutrição dos Países Baixos e pela fundação Food Waste Free United, a campanha teve lugar pela quinta vez em 2023, com a participação de um vasto leque de partes interessadas e centrando-se na relação entre a prevenção do desperdício alimentar e a ação climática. O êxito da iniciativa esteve ligado à cooperação ativa entre as partes interessadas públicas e privadas e à conjugação de recursos para aumentar o alcance, bem como à criação de ferramentas de medição pedagógicas e práticas para utilização em casa. O Centro de Nutrição dos Países Baixos incentivou outros Estados-Membros a organizarem campanhas semelhantes, recomendando que as ações se centrem numa única semana para colocar o tema no topo da agenda. No entanto, não basta tomar medidas ao longo de sete dias, sendo necessários esforços contínuos ao longo de toda a cadeia de valor alimentar, para que seja mais fácil para os consumidores desperdiçarem menos alimentos.

A **Independent Retail Europe** também agradeceu aos cidadãos pelo seu trabalho e salientou a importância da educação para reduzir o desperdício alimentar dos consumidores e os ajudar a gerir melhor os alimentos. A educação dos consumidores é da responsabilidade dos Estados-Membros. Os retalhistas podem dar um contributo em conjunto com outros agentes económicos, ajudando a informar, a promover e a facilitar a prevenção do desperdício alimentar através de uma vasta gama de ferramentas, nomeadamente publicações e aplicações móveis. No entanto, os retalhistas não podem controlar o que os consumidores decidem desperdiçar, pelo que não podem ser responsabilizados pelo desperdício alimentar ao nível do consumidor. No que diz respeito à recomendação 23 sobre a promoção de produtos perto da data de validade, a Independent Retail Europe declarou que esta é já uma prática generalizada, uma vez que, para os retalhistas, não vender os alimentos representa um custo. Os retalhistas têm muitas formas diferentes de informar os seus clientes (por exemplo, autocolantes e outras ferramentas de

promoção em loja) e estão em melhor posição para identificar as formas mais eficazes de o fazer. Por isso, é importante que os produtos vendidos sejam consumidos pelos compradores, caso contrário, o desperdício alimentar é transferido do comércio retalhista para os agregados familiares. A Independent Retail Europe explicou que os retalhistas estão ativamente empenhados na prevenção do desperdício alimentar através da gestão da oferta e da procura, de preços promocionais, da redistribuição dos excedentes alimentares aos bancos alimentares e com recurso a aplicações móveis e da transformação posterior de alimentos não vendidos (por exemplo, confeção de sopas ou sumos). Embora os retalhistas participem ativamente na informação ao consumidor sobre a prevenção do desperdício alimentar, a Independent Retail Europe não partilhou da opinião de que devem ser organizadas campanhas de prevenção do desperdício alimentar em torno de dias comemorativos, tal como referido pelo Centro de Nutrição dos Países Baixos.

**O Conselho Europeu de Informação Alimentar (EUFIC)** fez referência à recomendação 16 sobre o aproveitamento de alimentos não colhidos e a comunicação dessas oportunidades aos consumidores e agricultores. O EUFIC deu o exemplo de uma campanha de comunicação na cidade de Gante, em que o Conselho alimentar, em colaboração com uma ONG local, criou um mapa digital para informar o público acerca de locais onde os frutos podem ser colhidos gratuitamente. O EUFIC afirmou que, em França, uma organização denominada SOLAAL reúne intervenientes dos setores da agricultura, da indústria alimentar e da distribuição para incentivar a doação de alimentos, incluindo géneros alimentícios não colhidos e, em colaboração com o Ministério da Agricultura e da Soberania Alimentar, criou o Dia nacional da doação de produtos agrícolas alimentares. No que diz respeito às recomendações 18 e 21, o EUFIC indicou que a educação alimentar nas escolas está a ser aplicada em alguns países, por exemplo, na Hungria, onde a Autoridade nacional contra o desperdício alimentar elaborou um programa educativo e, desde 2017, já chegou a mais de 25 000 crianças e proporcionou formação e mentoria a 1 800 professores. Noutros países, como a Finlândia, a educação em matéria de desperdício alimentar está integrada nos programas curriculares em temas relacionados com a sustentabilidade ambiental, tais como estudos ambientais, geografia e economia doméstica, e a Autoridade Alimentar finlandesa criou materiais didáticos conexos. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, em colaboração com a Coligação internacional contra o desperdício alimentar, elaborou manuais educativos sobre o desperdício alimentar destinados às crianças do ensino primário e secundário, que estão disponíveis em 10 línguas no seu sítio Web. Estes materiais ensinam as crianças sobre as consequências sociais, ambientais e económicas do desperdício alimentar, os benefícios da redução do desperdício alimentar, o que pode ser feito em matéria de desperdício alimentar e como ensinar bons hábitos às suas famílias e amigos. No que diz respeito à recomendação 19 sobre a partilha de alimentos, o EUFIC referiu os desafios que se colocam em matéria de segurança alimentar quando tal é feito através de plataformas digitais. Deu um exemplo de como esta situação pode ser ultrapassada, citando um frigorífico comunitário em Helsínquia, onde os consumidores podem doar e recolher excedentes alimentares e o pessoal garante que os procedimentos de segurança alimentar são corretamente seguidos (por exemplo, só podem ser doados alimentos embalados e não abertos). As operações são aprovadas anualmente pela autoridade municipal de Helsínquia, a fim de garantir que os riscos para a segurança alimentar são minimizados, e são disponibilizadas formação e ferramentas que permitam a outros criar frigoríficos comunitários.

Após esta primeira resposta dos membros do painel às recomendações dos cidadãos, o moderador convidou os participantes na reunião (em linha e fora de linha) a colocarem questões, citando algumas observações recebidas relacionadas com atividades educativas.

A **RÉGAL Normandie** afirmou que a sensibilização dos consumidores tem os seus limites no que diz respeito à mudança comportamental e que os resultados da investigação mostram que atividades práticas, como mostrar como cozinhar com sobras, podem ter maior impacto.

O **Ministério da Agricultura, das Florestas e da Alimentação esloveno** apelou à participação dos jovens em eventos como o debate de hoje com o painel de cidadãos. Referiu ainda os sistemas de distribuição de fruta, legumes e laticínios nas escolas, sugerindo que os alimentos doados devem ser acrescentados a esse sistema. O Ministério esloveno salientou que os retalhistas doam excedentes alimentares, mas que existem limitações devido ao carácter voluntário de tais ações e sugeriu que fossem envidados mais esforços para apoiar essas iniciativas. Afirmou ainda que os agricultores necessitam de ferramentas e de outras alternativas para os ajudar a fazer face aos excedentes alimentares (por exemplo, a transformação posterior para evitar perdas e desperdícios alimentares) e que essas iniciativas devem ser incluídas nos planos estratégicos nacionais. Por último, o Ministério esloveno salientou a importância da formação de todos os intervenientes no sentido de alcançar os objetivos pretendidos.

Em resposta às observações dos cidadãos em linha, o **Centro de Nutrição dos Países Baixos** informou que, para chegar a um público vasto, os organizadores da «Semana sem desperdício alimentar» tentam obter publicidade gratuita, por exemplo, em programas televisivos. A **Independent Retail Europe** declarou que a utilização das redes sociais é fundamental para chegar ao público mais jovem e salientou que o desperdício alimentar ocorre, por vezes, simplesmente devido a questões organizacionais no seio dos agregados familiares, bem como à falta de conhecimentos ou competências sobre a forma de gerir, transformar e armazenar os alimentos, em especial quando estes não podem ser utilizados dentro do prazo.

O moderador convidou os cidadãos do painel a fazerem breves intervenções finais. Os cidadãos sublinharam a importância de chegar a diferentes grupos-alvo com mensagens pertinentes através de canais e ferramentas adequados, bem como de avaliar o impacto dessas comunicações. A prevenção do desperdício alimentar deve ser integrada nos programas escolares e deve aproveitar-se todo o potencial da digitalização e da inteligência artificial. Os Estados-Membros devem dialogar mais entre si e utilizar todas as plataformas pertinentes para divulgar informações em larga escala. Por último, tendo em conta o grande número de pessoas que querem ajudar, os cidadãos sentiram-se confiantes que uma verdadeira mudança é possível.

## **8. Encerramento/conclusão**

Em nome da **Direção-Geral da Comunicação**, Gaëtane Ricard-Nihoul, chefe de unidade adjunta da unidade dos diálogos com os cidadãos, agradeceu aos cidadãos e aos participantes pelos seus contributos e incentivou-os a manterem-se em contacto através dos canais de comunicação da Comissão Europeia, em especial o Polo da UE para a prevenção das perdas e do desperdício alimentares. Desta forma, os cidadãos podem manter-se a par dos progressos realizados no que diz respeito à proposta legislativa da Comissão Europeia que fixa as metas de redução do desperdício alimentar e a outros trabalhos em curso a nível da UE, bem como à execução dos planos de ação nacionais pelos Estados-Membros.

Explicou que a Comissão Europeia está a entrar numa nova fase de participação dos cidadãos e que futuramente serão organizados mais painéis de cidadãos europeus sobre vários temas. Explicou ainda que a Comissão pretende criar uma rede de antigos participantes nos painéis de cidadãos, que receberão informações sobre as atividades de participação dos cidadãos, podendo desempenhar o papel de embaixadores. Será enviada uma comunicação específica a todos os cidadãos dos painéis, em que se explica como fazer parte desta rede de antigos participantes.

O **presidente** encerrou a reunião agradecendo a todos os participantes e afirmando que os debates demonstraram novamente que a prevenção do desperdício alimentar requer ação por parte de todos os membros da sociedade, seja a nível local, nacional ou internacional. Os exemplos partilhados mostraram como os compromissos podem ser transformados em ações e apresentaram muitas redes e oportunidades existentes para trabalhar em conjunto sobre uma questão de importância tão fundamental para as pessoas, a sociedade e o planeta no seu todo. Mesmo que não tenha havido concordância total sobre todos os pontos debatidos, existe um compromisso claro de participação, podendo haver diferentes soluções para resolver os problemas identificados. O presidente manifestou a sua confiança de que, face ao empenho e ao apoio dos cidadãos, a proposta legislativa da Comissão Europeia ganhará força e poderá ser adotada rapidamente e de forma ambiciosa pelo Parlamento e pelo Conselho. Por fim, o presidente reiterou que, para a DG SANTE, o diálogo com os cidadãos foi uma experiência muito enriquecedora e agradeceu aos cidadãos pelo seu trabalho árduo, bem como aos membros da plataforma pelo debate e as observações hoje apresentadas.